CONGRESSO NACIONAL Gab. Do Dep. AUREO – PRTB/RJ.

MPV 592

00006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 06/12/2012		Proposição: Medida Provisória nº 592, de 2012.			
Autor: Deputado AUREO Nº do prontuário					
1.() Supressi	va 2.() Si	ubstitutiva	3.() Modification	/a 4.(X) Aditiva	5.()Substitutivo global
Página:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Acrescente-se ao art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, com redação dada pelo art. 1º da MP 592/2012, os seguintes dispositivos:					
"Art. 1°					
Art 47					
VIII – da Segurança Pública.					
§ 4º Do total do resultado a que se refere o caput do art. 51 auferido pelo FS, dez por cento, no mínimo, deve ser aplicado obrigatoriamente em programas e projetos direcionados ao inciso VIII deste artigo.					
§ 5º Do total do resultado a que se refere o § 4º, vinte e cinco por cento, no mínimo, deve ser aplicado obrigatoriamente em programas e projetos direcionados a políticas de prevenção, atenção e reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas afins."					
JUSTIFICAÇÃO					
Atualmente estima-se que no Brasil são cerca de quase 2 milhões de usuários de crack e apenas 50 mil vagas para tratamento, quando seriam necessárias pelo menos 200 mil.					
É consenso que a aplicação de recursos em prevenção desonera o Estado em vários pontos, tais como: redução dos gastos do sistema de saúde – SUS (Saúde Pública); redução da criminalidade e do custo do sistema prisional (Segurança Pública). Segundo informações do Ministério da Justiça, o custo médio mensal de um preso chega a 2 mil reais, sem contar com a manutenção da estrutura física e o custeio dos servidores.					
Se mencionarmos o alcoolismo, chegaremos ao elevado número de 16 milhões de pessoas com algum grau de dependência, não incluindo aí as vítimas de acidentes de trânsito em decorrência do consumo de bebidas alcoólicas.					
A despesa com políticas de prevenção, atenção e reinserção social dos usuários de drogas, em especial os usuários de crack, será muito inferior ao que o Estado vem gastando com as consequências da dependência de drogas lícitas e ilícitas. Porém precisamos de uma fonte de recursos que garanta viabilizar as Políticas Públicas para tal finalidade.					
Assim apresento Emenda à MP 592/2012, no sentido de destinar, no mínimo, dez por cento dos recursos auferidos pelo Fundo Social para a Segurança Pública, com o objetivo de que União, Estados, Distrito Federal e Municípios, direcionem maiores investimentos para o enfrentamento ao Crime Organizado. E do montante repassado a Segurança Pública, no mínimo, vinte e cinco por cento, deverá ser direcionado a políticas de prevenção, atenção e reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas afins.					
Certamente tal medida beneficiará o Estado que hoje enfrenta, mediante a falta de recursos para investimento e custeio, sérios problemas em relação ao crescente aumento de usuários de crack, tornando-se quase uma verdadeira epidemia social, visto não escolher classe social, bem como o aumento dos índices de criminalidade, nos grandes e médios centros urbanos.					
CÓDIGO T			NOME DO PARLAMENTAR		UF PARTIDO
	Dep. AURE	<u> </u>			RJ PRTB
DATA		147	— Assinatura	1	•